



FOCAL

Foro de Contadurías
Gubernamentales de
América Latina

VI FORO DE CONTADURÍAS GUBERNAMENTALES
DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Experiência da adoção da Auditoria Financeira no Brasil

Henrique Carneiro

*Auditor Federal de Controle Externo
Brasil – Tribunal de Contas da União*



Evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Crise de confiabilidade no Governo Federal

Contexto Internacional



**20.657 unidades gestoras (UG),
488 órgãos subordinados; e
39 órgãos superiores.**

**R\$ 2,7 trilhões de despesas
R\$ 2,9 trilhões de receitas
R\$ 5,2 trilhões de ativos
R\$ 7,6 trilhões de passivos**

**857 milhões de transações no SIAFI em
2018**

Limitações inerentes ao TCU

(2009 > 2012)

Projeto TCU e Banco Mundial:

diagnóstico (PEFA);

acordo para convergência da auditoria do BGU aos padrões internacionais.

(2012 > 2013)

Aderência às ISSAIs e boas práticas das

EFS:

seminários;
pesquisas;
diagnósticos...

(2014)

Acórdão 3.608/2014-TCU-P:

estratégia de fortalecimento da Auditoria Financeira;
aprovação do plano de ação.

Sales

1st Qtr 2nd Qtr 3rd Qtr 4th Qtr

58%

(2016)

Adoção da ISSAI 1600:

aprovação do Manual de Auditoria Financeira do TCU;
estratégia de auditoria para as contas consolidadas de Governo;
projeto piloto de auditoria.

(2017 > 2018)

9%

10%

Medidas de fortalecimento da Auditoria Financeira:

ações de capacitação;
criação de um núcleo centralizado;
aquisição de sistema de TI;
contas de Governo de 2018.

23%

(2013)

Falta de registro do passivo atuarial do
RPPS dos servidores civis federais em
R\$ 1,1 trilhão;

1

Valores do déficit do RPPS eram
desconhecidos

2

Auditoria fornecendo informações para
subsidiar a reforma da previdência

3

Contribuiu para a transparência na situação
da previdência

► (2014)

Passivos ocultos: recursos de programas sociais, no valor de R\$ 37,5 bilhões (pedaladas fiscais)

1

Identificação de obrigações da União não registradas

2

Subsídio para emissão de parecer sobre as contas como sendo irregulares

3

Contribuiu para a transparência do endividamento do setor público



Ausência de contabilização dos terrenos destinados à reforma agrária, subavaliando o ativo em R\$ 150 bi

- 1 Identificação de falhas na gestão do patrimônio da União
- 2 Subsídio para aperfeiçoamento na gestão da reforma agrária
- 3 Contribuiu para evidenciar o custo indireto da política pública

▶ **(2017)**



Falta de auditabilidade no crédito tributário e na dívida ativa da União

1

Impossibilidade de obter evidências para fundamentar a opinião no BGU

2

23% dos ativos e 43% das variações patrimoniais da União não são auditáveis

3

Indução do aumento da transparência da principal fonte de receita do Governo Federal

► (2018)

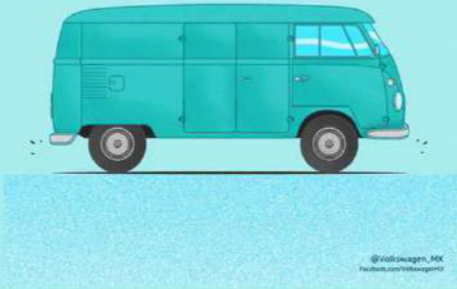


Balanco Patrimonial 2013			
Ativo Circulante	1,3 Tri	Passivo Circulante	1,8 Tri
Ativo Não Circulante	5,3 Tri	Passivo Não Circulante	3,6 Tri
		Patrimônio Líquido	1,2 Tri
Total	6,6 Tri	Total	6,6 Tri

Balanco Patrimonial 2018			
Ativo Circulante	1,5 Tri	Passivo Circulante	1,1 Tri
Ativo Não Circulante	3,7 Tri	Passivo Não Circulante	6,5 Tri
		Patrimônio Líquido	- 2,4 Tri
Total	5,2 tri	Total	5,2 Tri

Fonte: Siafi

1950



Obrigado!

Henrique Carneiro

*Auditor Federal de Controle Externo
Brasil – Tribunal de Contas da União*